

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 271ª Reunião Ordinária
18 de dezembro de 2025

Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 14 (quatorze) horas, no Plenário do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, situado na sede da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 – Bento Ferreira – Vitória/ES, reuniram-se em Sessão Ordinária os membros do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES, sob a presidência do Conselheiro Itamar Francisco Teixeira, realizando sua 271ª (ducentésimo septuagésimo primeira) Sessão Ordinária com a presença do pleno. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as): Caroline Gomes Coura Barbosa (SESA), Fabio Benezath Chaves (SESA), Terezinha do Carmo Alves Bolzani (SESA), Cristiano Luiz Ribeiro de Araújo (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Marlia Santos Ribeiro (FEHOFES), Rogério Simões Griffo (FEHOFES), Phablo Gabriel Dobrovolsky da Silva (FEHOFES), Berivânea Lúcia de Oliveira Lisboa Pinto (Ministério da Saúde), Denise Mara Ramaldes (COSEMS/ES), Judismar Tadeu Pedroni (SIMES), Cleilson Teobaldo dos Reis (SINDPSI), Iara Oliveira dos Santos (SINDIENFERMEIROS), Maria Rita de Boni (SINDSAÚDE), Alvaléria Cuel (SINTUFES), Maria Lúcia Duarte Lopes (CUT), Ariane Silva Carvalho (UNEGRO), João Carlos Santos (SINDNAPI), Antônio Carlos Nogueira do Nascimento (SINDNAPI), Maria Aparecida Alves Souza (UBM), Denice Silva Gonçalves (UBM), Fábio Roberto Gama (CTB), Flávia Rodrigues Maciel (FASMA), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Antônio Genecy Teixeira de Oliveira (MINTRA), Rayane Carvalho Santos (AITG). **Faltas justificadas:** Roziani Pereira (AHES), Wilza Nascimento Vidal (JUNTOS+), Karla Francine Moreira de Jesus da Costa (JUNTOS+), Marilia Coser Mansur (Ministério da Saúde), Vera Lúcia Pereira Pião (SINDIUPES), Itamar Francisco Teixeira (SINODONTO), Wellington Barros Nascimento (UNEGRO), Andrey Alvarenga Duarte (SINDPSI). **Pauta: 1- Informes Tempo: 10 min Relatoria: Maria Aparecida Alves – Secretária Geral da Mesa Diretora; 2 - Aprovação – ATA da 270ª RO; Tempo: 10 min Relatoria: Itamar Francisco Teixeira – Presidente do CES; 3 – Apresentação e aprovação – Plano Estadual do Rio Doce Tempo: 20 min Relatoria: Francisco José Dias de Silva; 4 – Apresentação – Campanha Dezembro Vermelho Tempo: 20 min Relatoria: Orlei Cardoso; 5 – Apresentação – Esclarecimentos a respeito do surto ocorrido no Hospital Santa Rita Tempo: 20 min Relatoria: Dra Beatriz; 6- Aprovação: Reaprovação a normas e regulamentos do Conselho Gestor e solicitar através de moção ou preposição ao Secretário de Saúde que revogue a portaria 188 Tempo: 20 min Relatoria: Antônio Carlos; 7– Indicação e Aprovação: Indicação de Representantes de Participantes de Pesquisa – RPPs para o Comitê de Ética da AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense Tempo: 05 minutos Relatoria: Itamar Francisco - Presidente do CES; 8 – Aprovação - indicação de membros substitutos da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MENP-SUS/ES) Tempo: 10 min Relatoria: Raika Novelli 9- Relato das Comissões Tempo: 15 min Relatoria: Coordenadores das Comissões e Comitês.** A Vice Presidente Maria Rita de Boni saudou os presentes e agradeceu aos que compareceram, lembrando que o ano de 2025 havia sido um ano de muito trabalho e luta pelo SUS. A Vice anunciou o pedido de inclusão de duas pautas: a apresentação e a aprovação do Plano Estadual do Rio Doce e a aprovação da substituição dos membros da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MENP-SUS/ES). Os pedidos de inclusão foram votados e aprovados pelo pleno. **Ponto 1 – Informes:** A Secretária Geral Maria Aparecida Alves desejou uma boa tarde e informou que o Conselho Estadual de Saúde havia sido convidado para o Congresso brasileiro de

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 271ª Reunião Ordinária
18 de dezembro de 2025

estudantes de medicina, com data marcado para o dia 13 de janeiro. **Ponto 2 –**
Aprovação – Ata da 270º RO: A Vice Presidente colocou em votação a ata da última
reunião ordinária, que foi aprovada pelos presentes. **Ponto 3 – Apresentação e**
aprovação – Plano Estadual do Rio Doce: Conforme aprovada a inclusão de pauta,
Rita de Boni deu a palavra para Francisco José Dias de Silva, que iniciou a
apresentação. Francisco explicou que o plano havia sido estabelecido a partir de uma
decisão judicial, que também viabilizou o pagamento de ações indenizatórias aos
municípios afetados pelo rompimento da barragem de Mariana. O plano contém uma
série de medidas para contenção de danos e acolhimento dos atingidos pelo desastre.
Ao final da apresentação abriram as falas para questionamentos ou contribuições, o
primeiro a se inscrever foi Antônio Carlos. O Conselheiro relatou que muitas pessoas
estão recebendo a indenização mesmo sem serem moradores de locais impactados e
pediu que os Conselhos Municipais pudessem acompanhar de perto as distribuições de
indenizações e fiscalizar, além de orientar as prestações de contas. A Conselheira
Denice assumiu a fala e questionou sobre o recorte de gênero e questionou se as
medidas estão vinculadas aos serviços realizados pelo SUS ou se é algo à parte. A
Conselheira também questionou sobre a contaminação da água e do solo. O
Conselheiro Cleilson saudou os presentes e perguntou a respeito do fortalecimento da
rede de atenção psicossocial e disse que as políticas voltadas para a saúde mental lhe
pareceram um pouco vagas dentro do plano. Francisco respondeu ao Antônio Carlos
que, quanto às indenizações, o Ministério Público criou um grupo específico para
monitorar a execução das políticas de mitigação desse dano todo que a população da
região sofreu e em casos de suspeita o órgão deveria ser acionado. Para Denice, ele
explicou que as políticas de recorte de gênero são enfoques que devem ser priorizados
na reconstrução dos onze municípios afetados pelo rompimento da barragem. Para o
Conselheiro Nilson, Francisco pontuou que há uma expansão do CAPS e um programa
de formação profissional. Em seguida, o Conselheiro João Carlos teve a fala concedida.
O Conselheiro saudou os presentes e perguntou se o plano seria aprovado pelo
Conselho ou somente apresentado e frisou que todas resoluções devem ser aprovadas
pelo pleno, reforçou os relatos de fraude para receber indenização. O Gerente Francisco
pontuou que, naquele dia, o objetivo era apresentar o plano para o CES e apresentar
todos os esclarecimentos necessários, ele explicou novamente que o recurso que
estava sendo tratado ali era em exclusivo para implementação de políticas de saúde,
não tendo qualquer relação com as indenizações que estão sendo pagas
individualmente. A Conselheira Rayane pediu a fala e se apresentou, ela informou ser
do povo originário Tupiniquim da Aldeia de Irajá, localizada no município de Aracruz. A
Conselheira disse que também não estava ciente do plano, ela frisou que os povos
indígenas haviam sido atingidos pela barragem desde a área de cultura e lazer até nas
relações com a natureza e sustentabilidade, pontuando que o índice de câncer em
populações e territórios indígenas. Rayane pontuou que aquela era uma política feita de
cima para baixo sem buscar entender a realidade dos afetados pela barragem e a
cultura dos povos originários, que buscam curandeiros e pajés quando necessitam de
orientações. Ela finalizou a fala convidando os elaboradores do plano a irem até as
aldeias para conversar com os povos originários. A Conselheira Genecy disse que não
havia ficado claro para ela se a verba iria ser dividido entre o Espírito Santo, Minas
Gerais e a União e questionou como ficaria a questão operacional. Luana respondeu
que o recurso determinado pela Justiça que as empresas pagassem é para a União

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 271ª Reunião Ordinária
18 de dezembro de 2025

executar, já o que estavam se referindo na apresentação se tratava da parcela que o Estado faz jus para executar no âmbito do SUS. Nesse sentido, a contratação de pessoas seria uma contratação para a SESA e não para os municípios. Ela informou que as atribuições da esfera estadual e municipal são muito diferentes, sendo que cada âmbito tem a sua responsabilidade. Francisco respondeu a Rayane que o plano se tratava de uma contextualização das necessidades identificadas por meio áreas técnicas e os grupos com interlocução permanente no município de Aracruz. Haviam sido recebidos documentos de Fóruns de grupos financiados pelo Governo Federal que estão trabalhando junto com as comunidades para levantar as demandas. Ele informou que o plano era um processo dinâmico, podendo ser readaptado quando necessário. A Conselheira Terezinha informou que era moradora de Baixo Guandu e que tinha acompanhado todo o processo de elaboração do plano, que envolveu reuniões e discussões com os moradores. Ela frisou que a discussão já vinha ocorrendo há uma década, desde que a barragem rompeu, e pediu que o pleno buscasse se informar antes de condenar qualquer ação. Antônio Carlos assumiu o microfone e informou que não estava preocupado em fazer crítica, falou que se a discussão vêm ocorrendo há 10 anos, infelizmente não havia sido aberta para a população geral e para os Conselhos Municipais, frisou a necessidade de prestações de contas das indenizações. A Conselheira Iara saudou os presentes, parabenizou pela apresentação e ressaltou a importância de ter um eixo focado para saúde lembrou que o plano não é engessado, podendo ter modificações. Novamente o Conselheiro João Carlos pediu a fala e disse que havia contradições nos relatos de Rayane e de Francisco, tendo em vista que a Conselheira disse que não havia sido feita uma ponte de comunicação entre os povos originários e os governantes. O Conselheiro questionou se a Mesa Diretora já tinha ciência do plano e o porquê da inclusão de pauta ter sido feita no começo da reunião, ele propôs que fosse feito um grupo de trabalho para acompanhar a situação dos onze municípios. A Conselheira Maria Aparecida informou que a apresentação do plano havia sido colocado como ponto de pauta na reunião do dia 27 de novembro, contudo na época foi retirado e solicitada a inclusão depois que a convocação já havia sido feita, explicando o porquê do plano não ter sido enviado na convocação da presente reunião — contudo, o mesmo já havia sido enviado na convocação da Reunião Ordinária de dezembro. Ela passou a fala para o convidado Orlei, que pautou a importância dos Conselhos Municipais realizarem as divulgações das informações de maneira devida e responsabilizar os municípios. A Conselheira Caroline saudou os presentes e pontuou que o plano já havia sido enviado em novembro, no mesmo consta que os dados referentes à população indígena foram retirados do IBGE, SESA. Ela informou que o núcleo de atenção primária havia feito diversas oficinas pensadas para a população indígena com o município de Aracruz, estava sendo construída uma unidade básica de saúde para atender especificamente a população indígena, a Conselheira disse que poderia ser uma falta de comunicação entre o município e os povos originários. Quanto à transparência dos recursos, Caroline informou que cada âmbito irá receber uma fatia de recursos, sendo que a determinação de cada um ocorreu por meio da Justiça, além de que as indenizações pagas individualmente às vítimas não se encontram com a fatia do recurso destinada à saúde. Ela finalizou a fala propondo um convite ao Secretário de Recuperação do Rio Doce (SERD), Guerino Balestrassi, para explicar como será feita a prestação de contas dos recursos. A Conselheira Maria Aparecida agradeceu as contribuições e colocou os encaminhamentos em votação, sendo todos aprovados. Ela

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 271ª Reunião Ordinária
18 de dezembro de 2025

passou a fala para Orlei para iniciar o ponto quatro. **Ponto 4 – Apresentação-Campanha Dezembro Vermelho:** O Subsecretário de Vigilância em Saúde do Estado, Orlei Amaral Cardoso, iniciou a apresentação saudando os presentes. Junto com Elaine, referência técnica em IST's, ele apresentou as ações de prevenção, conscientização e tratamento propostas para o Dezembro Vermelho, incluindo capacitações e expansão da distribuição de PREP's e outros tratamentos. A Conselheira Denice perguntou qual a diferença entre a testagem rápida de IST e PREP, Elaine explicou que a PREP é uma medicação para evitar em até 99% a contaminação do HIV. Existe a PREP sob demanda, que é tomada casualmente, e a de uso contínuo. A Conselheira Maria Aparecida perguntou se a PREP serve para mulheres sofreram violência sexual, o que Elaine respondeu que para casos de violência a vítima deve tomar a PEP (Profilaxia Pós-Exposição). A Conselheira Flávia perguntou se a população em situação de rua é abordada pelos agentes do programa. Elaine detalhou que os municípios ficam encarregados dos planos de abordagem das pessoas em situação de rua, recebendo incentivo do estado para tal. Não havendo mais nenhuma pergunta do pleno, a Conselheira Maria Aparecida agradeceu a apresentação e a vice Presidente Rita de Boni avançou para o próximo ponto. **Ponto 5 – Apresentação – Esclarecimentos a respeito do surto ocorrido no Hospital Santa Rita:** Rita de Boni passou a palavra para a Dr. Beatriz, contudo antes Maria Aparecida reiterou que a apresentação era um pedido de esclarecimento feito pela Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Gestores. A Doutora e Conselheira Beatriz saudou os presentes e explicou que a gestora do hospital, Diana, havia ido junto com ela na reunião. Ao longo da apresentação, a Conselheira explicou que por meio de investigação e testagens de amostras foi possível descobrir que o surto estava sendo causado por um fungo chamado Histoplasma. Beatriz esclareceu que o LACEN encaminhou as amostras de testagens para a Fiocruz analisar e que todos os funcionários que foram infectados receberam tratamento e passam bem. Ela detalhou as medidas implementadas, sendo uma delas a descontaminação ambiental. Ao fim da apresentação, Maria Aparecida agradeceu a apresentação e os esclarecimentos. Orlei Cardoso pontuou que também estiveram envolvidos a CIEVS, RENAB, LACEN e o DEPSUS, além do próprio município de Vitória, estiveram envolvidos na investigação do surto para identificar a causa. Foram produzidos 22 boletins epidemiológicos, ele reforçou as medidas de controle e contenção que estão sendo tomadas. O Conselheiro Antônio Carlos frisou novamente que a apresentação foi uma solicitação da Comissão de Acompanhamento do Conselho Gestor, agradeceu a apresentação e expressou que sua vontade era que essas medidas de proteção fossem adotadas em todos os hospitais. Ele pautou a necessidade de esclarecimento, relatando que havia sido cobrado pela população geral enquanto Conselheiro de saúde. A Conselheira Genecy questionou onde estava o foco, quem era o hospedeiro e se não teve óbitos. A Conselheira Beatriz esclareceu que o forro do teto do hospital estava passando por reformas, enquanto a obra acontecia animais portadores se estabeleceram na reforma e deixaram dejetos infectados com Histoplasma. Contudo, não era possível confirmar a hipótese pois o forro já tinha sido demolido desde setembro. Ela afirmou que não tiveram mortes. O Conselheiro João Carlos expressou ter gostado da apresentação, mas questionou o porquê da Fiocruz não ter sido mencionada, também perguntou por que os casos foram só na ala conveniada do SUS. Ele disse que a Vigilância Sanitária não funcionava pois já havia relatado casos semelhantes ocorrendo no Hospital São Lucas e o órgão não tomou as

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 271ª Reunião Ordinária
18 de dezembro de 2025

devidas providências. A Conselheira Beatriz pontuou que esclareceu o LACEN encaminhou as amostras para a Fiocruz, que participou do diagnóstico. Ela explicou que ter ocorrido na ala conveniada do SUS se tratava de uma infeliz coincidência e que, se fosse possível escolher, a Doutora escolheria que o surto não tivesse acontecido. A Conselheira Flávia perguntou o que foi feito como medida de prevenção para não terem casos parecidos futuramente. O Conselheiro Fábio perguntou se a hipótese de contaminação seria por inalação ou ingestão de água, que foi confirmado ser por inalação, e questionou se as medidas de isolamento foram de fato as mais corretas para aquele tipo de obra. Ele também perguntou qual havia sido a última inspeção feita no local. O Conselheiro Silvio perguntou quanto aos moradores do entorno do Hospital Santa Rita, se correram risco de contaminação e se houveram buscas ou investigações para saber se os residentes das comunidades próximas do hospital também poderiam ter inalado. A Conselheira Beatriz frisou que o cuidado e inspeção foi em todas as partes do hospital, não havendo nenhuma conformidade pré-existente. Ela explanou que a Vigilância já havia feito visita em julho de 2025 no hospital, a obra é analisada antes de ser aprovada e executada, e isolada durante a realização da mesma. Como medida de melhoria, foi adicionada uma antecâmara em todas as obras do Santa Rita. Ela esclareceu que o esporo não poderia ir tão longe ao ponto de chegar na casa de algum morador da região do hospital. Orlei complementou que o Hospital Santa Rita estava licenciado com alvará vigente, e que todas as obras a serem realizadas devem ser autorizadas pela própria Vigilância Sanitária. Ele frisou que se trata de uma Subsecretaria imparcial, e que todos os boletins e notas técnicas estavam no site da SESA para consulta livre.

Ponto 6 – Aprovação - Reaprovação a normas e regulamentos do Conselho Gestor e solicitar através de moção ou proposição ao Secretário de Saúde que revogue a portaria 188: Antes de iniciar o ponto a ser aprovado, o Conselheiro Antônio Carlos expressou sua insatisfação com o Conselho Fiscal da Inova pois haviam pedido ao mesmo a apresentação de um diploma que seria avaliado pela diretoria, ele questionou as viagens feitas pelo Presidente e o porquê de não serem passadas pelo pleno, e reclamou de não ter coffee-break, frisando que a Secretária Executiva havia garantido que em 2026 teriam refeições garantidas nas reuniões. Ele propôs que o Presidente apresentasse um relatório de cada viagem feita. Ao iniciar o ponto de pauta, Antônio Carlos disse que a Comissão havia decidido em reunião dar posse aos conselhos gestores eleitos até fevereiro do ano seguinte. Ele frisou que não cabe ao Secretário de Saúde criar normas para o Conselho Gestor seguir, se referindo à Portaria 188. O Conselheiro ressaltou que o regulamento dá a autonomia que foi retirada com a Portaria 188, além de garantir estruturas de funcionamento para o Conselho e alterações no tempo de mandato. O Conselheiro Cristiano frisou que já era a terceira ou quarta vez que essa pauta era debatida, tendo em vista que o Secretário não assinou mas deu a devolutiva do que precisava ser revisto no regulamento, pontuando que Tyago Hoffman havia se colocado à disposição do CES para discutir os pontos levantados. Ele disse que não tinha recebido a minuta da Portaria que seria enviada e perguntou se era a mesma portaria sem alterações e expressou seu desconforto em votar uma minuta que não havia sido enviada para a análise antes. Ele sugeriu que a dúvida a respeito do Secretário poder ou não dar normas ao Conselho Gestor fosse encaminhada para a procuradoria jurídica estadual. O Conselheiro Fábio Benezath frisou a sugestão do Conselheiro Cristiano, em sequência a Conselheira Maria Aparecida lembrou que na última reunião em que o Secretário esteve presente ele se

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 271ª Reunião Ordinária
18 de dezembro de 2025

colocou à disposição para discutir a Portaria 188 junto ao pleno do CES. A Conselheira Genecy ressaltou a soberania do Conselho e informou e que não cabe à Secretaria decidir ou interferir no trabalho do mesmo. O Conselheiro Rogério pontuou as contradições entre aprovar resoluções e portarias com textos conflitantes, frisando a necessidade de uma boa análise para esclarecimento. A Conselheira Rita de Boni disse que a soberania do Conselho era sim muito importante e necessária e a minuta precisava ser discutida, ela propôs uma Sessão Extraordinária para discutir essas questões. O Conselheiro Sílvio disse que, em reuniões da Comissão, o Conselheiro Fábio Benezath já havia expressado seu posicionamento e propôs um requerimento que englobasse a proposta de Cristiano, e que fosse criada uma subcomissão para acompanhar o desenrolar do requerimento, solicitando que o Conselheiro Cristiano fosse membro do mesmo. O Conselheiro Antônio Carlos disse que a norma não era de hoje, lembrou que quando ele e João Carlos foram atrás do Secretário para serem feitas as assinaturas, o Secretário teria dito que não iria assinar. O Conselheiro disse que o CES nada tem a ver com procuradoria, ele frisou que o documento já havia sido aprovado anteriormente e que a autonomia do Conselho não estava sendo respeitada. Ele propôs de fazer um requerimento e encaminhá-lo para a o Ministério Público e OAB.

Ponto 7 – Indicação e Aprovação: Indicação de Representantes de Participantes de Pesquisa – RPPs para o Comitê de Ética da AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense: O pleno decidiu realizar a indicação na reunião seguinte pois não havia tempo hábil para tal na presente reunião. **Ponto 8 – Aprovação - indicação de membros substitutos da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MENP-SUS/ES):** A Conselheira Maria Aparecida anunciou as substituições de membros das entidades SINDSAÚDE, FEHOFES, CUT, ICEPi e SIMES em decorrência de ajustes internos e organização institucional, visando garantir a continuidade das atividades e adequação, substituição que foi aprovada pelo pleno. **Ponto 9 – Relato das Comissões:** CIDHPE — A Conselheira Antônia Genecy informou que na última reunião a equipe técnica de saúde estadual que acompanha pessoas com problemas renais crônicos, ela disse que a reunião havia sido muito interessante e que o estado tinha uma deficiência de profissionais dessa área. A Conselheira finalizou o relato dizendo que na próxima Reunião Ordinária seria solicitado que fizessem a mesma apresentação para o pleno. CISMU — A Conselheira Denice informou que a Comissão iria participado de uma carreata em Cariacica, que tinha como objetivo diminuir as filas de espera para atenção especializada de oncologia de colposcopia, mamografia, ultrassonografia e outros. A Conselheira pediu na carreata quer tal ação se estendesse aos municípios. CISMAVF — A Conselheira Denice anunciou que um Webnário sobre mudanças climáticas iria ocorrer em 26 de janeiro. A Conselheira Maria Aparecida colocou em votação o recesso no mês de janeiro, que foi aprovado pelo pleno. Não havendo mais o que discutir, foi encerrada a presente reunião.

Presidente do CES/ES

Itamar Francisco Teixeira